



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

14/10/2013

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DESEMBARGADORES.....	1
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA.....	2 - 4
2.2. DECISÕES.....	5
2.3. DESEMBARGADORES.....	6 - 8

Resposta

O secretário de Justiça e Administração Penitenciária, delegado Sebastião Uchôa, não se intimidou com a nota "preocupada" da Associação dos Magistrados (Amma) sobre os acontecimentos em Pedrinhas.

Respondeu no mesmo tom e com os esclarecimentos que a entidade já devia conhecer, uma vez que a Justiça acompanha de perto a situação nos presídios.

Uchôa deu a resposta certa para as preocupações da Amma.

Um basta à violência!

A onda de violência que se instalou no Estado, principalmente em São Luís, assume proporções inaceitáveis, causando um clima de terror e insegurança na população. Não se consegue mais estabelecer um sentimento de segurança plena no Maranhão.

O espectro da violência encontra-se pairado sobre a sociedade ludovicense e maranhense, atingindo de forma cruel os cidadãos. Os índices são demasiadamente preocupantes e alarmantes.

A situação é grave. Hoje, quando não somos vítimas diretas em um caso específico de violência, temos sempre uma história a contar sobre um atentado à vida que aconteceu ao nosso redor. Ou com amigos ou na rua onde moramos ou no restaurante que conhecemos ou no edifício que já visitamos.

Em São Luís, especialmente, não há lugar totalmente imune ao processo de violência humana.

A vida – que é o nosso maior valor – está cada vez mais ameaçada num ambiente hostil e selvagem com estatísticas sombrias. Se os números assustam, a banalização de mortes e crimes violentos não parece ter limite.

A sociedade está perplexa e não sabe se comportar diante de situação tão incômoda. Não podemos mais conviver com a barbárie escancarada, a guerra a céu aberto, distanciando-nos dos padrões civilizados.

A violação diária da ordem pública por bandidos extrapolou o limite do suportável pelos cidadãos, chegando ao estado de inviabilidade, com o fortalecimento do poder paralelo da criminalidade, que adquire uma brutalidade cada vez mais espantosa.

Diante deste cenário, o Poder Judiciário está fazendo a sua parte, celebrando, inclusive, um pacto institucional com os outros Poderes constituídos, Ministério Público e instituições, canalizando inteligência para a implementação de um programa emergencial, capaz de devolver aos maranhenses a sensação de segurança que, infelizmente, parece perdida.

O entendimento do Judiciário é de que muito pode ser obtido com determinação, parceria, criatividade, investimento e integração efetiva de ações entre todos os setores envolvidos no combate à criminalidade no Estado, resgatando o sagrado direito dos cidadãos de ir e vir, sem o receio de ter as suas vidas atingidas ou subtraídas pelas ações de violência.

Somente o engajamento sincero de todos nessa luta que o Judiciário encampou será capaz de minimizar os drásticos efeitos causados pela constante e avassaladora onda de violência que campeia em São Luís e em cidades do interior do Estado, onde os índices de criminalidade são insustentáveis.

A dignidade humana precisa ser resgatada. A sociedade brada por soluções. Não com fórmulas milagrosas ou modelos mágicos de combate à violência, mas com ações de resultados duradouros. Isso vai depender de investimentos e reformas profundas.

Força Nacional deflagra operação no Complexo Penitenciário de Pedrinhas

Soldados da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) já estão atuando no reforço da segurança no Complexo Penitenciário de Pedrinhas e nas demais unidades prisionais de São Luís, visando garantir tranquilidade no sistema penitenciário da capital. A tropa, formada por policiais de diversos estados, começou a chegar no

sábado (12) e no domingo (13) o efetivo foi completado com homens que vieram de Brasília por terra trazendo os equipamentos necessários - viaturas e armas letais e não letais - para realização da operação. Eles foram recebidos pelo secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa.

ÚLTIMA PÁGINA



APÓS CHEGADA a São Luís, soldados da Força Nacional apresentaram-se ontem na área do Estádio Castelão

Força Nacional inicia operação no Complexo Penitenciário de Pedrinhas

Soldados da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) já estão atuando no reforço da segurança no Complexo Penitenciário de Pedrinhas e nas demais unidades prisionais de São Luís, visando garantir tranquilidade no sistema penitenciário da capital.

A tropa, formada por policiais de diversos estados, começou a chegar no sábado (12) e no domingo (13) o efetivo foi completado com homens que vieram de Brasília por terra trazendo os equipamentos necessários - viaturas e armas letais e não letais - para realização da operação. Eles foram recebidos pelo secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa.

"A Força Nacional é para garantir a integridade física e moral dos presos, dos familiares, dos servidores e a manutenção da ordem interna dos presídios, principalmente em matéria de prevenção, correção e intervenção em incidentes prisionais que por ventura possam ocorrer", disse o secretário. "O governo solicitou a vinda da Força Nacional com o objetivo de colaborar na manutenção da ordem interna dos presídios na Região Metropolitana e os soldados vão ficar o tempo necessário para realização de uma série de operações", completou.

A tropa federal irá atuar no Sistema Penitenciário, de forma interna, para evitar conflito de facções dentro do presídio. Faz parte do trabalho revistas constantes nas celas e um mutirão na Casa de Detenção (Cadet), devido ao motim que ocorreu na quarta-feira (9), na qual nove detentos morreram e 20 ficaram feridos. Os policiais vão fazer intervenções necessárias e dar apoio à direção dos presídios na manutenção da rotina do Sistema Prisional.

O secretário afirmou que os soldados vão intensificar as ações já realizadas pela Sejap e também realizar missões pró-



O SECRETÁRIO Sebastião Uchôa recebe os soldados da Força Nacional, na área do Estádio Castelão

prias. "A Força Nacional disponibilizou efetivo suficiente para atender a demanda do planejamento. Eles trouxeram os equipamentos necessários, tanto armas letais como não letais, para realização da operação", contou o secretário. "Eles já são treinados para esse trabalho, com o objetivo de fazer o resgate da manutenção da ordem interna prisional", acrescentou Uchôa.

Cooperação - A Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), criada em 2004 e localizada no entorno do Distrito Federal, no município de Luziânia, é um programa de cooperação de Segurança Pública brasileiro, coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça (MJ). É um órgão que foi criado durante a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, idealizado pelo Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos.

A presença dos soldados da Força Nacional foi solicitada pelo governo estadual depois da decretação de Situação de Emergência no Sistema Penitenciário do Maranhão pelo período de 180 dias. Com a decretação, o governo vai poder agilizar os procedimentos para a construção, nesse prazo, de um presídio de segurança máxima em São Luís (com 150 vagas), a reforma e ampliação das unidades de Coroatá (com 150 vagas), de Codó e Balsas (cada uma com 200 vagas) e a conclusão da construção do Presídio de Imperatriz (250 vagas).

O secretário informou que o decreto engloba o reaparelhamento do sistema prisional maranhense, possibilitando que até dezembro de 2014 o Maranhão conte com reforço de 2.800 novas vagas, eliminando o déficit carcerário no estado. "Serão reformadas unidades que hoje

pertencem à Polícia Judiciária e que passarão para a Polícia Civil", observou.

De acordo com o secretário, para o período de 1 ano, estão autorizadas ainda obras nos presídios de Açailândia, Pedreiras, Pinheiro, Viana, Santa Inês, Bacabal, Presidente Dutra e Brejo. Está contemplada, ainda, a reforma de prédios localizados no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís.

O documento prevê diversas ações. Uma delas é a gestão junto ao Poder Judiciário do Estado visando à realização de mutirões para a concessão de progressão do regime de cumprimento da pena e concessão de liberdade aos presos que já cumpriram a sentença. De acordo com Sebastião Uchôa, a decisão intensifica o trabalho que já vem sendo realizado em espaços prisionais do estado, como a Casa de Detenção (Cadet) de Pedrinhas.

Centro de ensino em comunidade quilombola passa por dificuldades

No Maranhão estão mais de 25% das cerca de 2 mil escolas em área remanescente de quilombos do país. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no estado existem 574 centros de ensino. Na região de Codó, estão 13 comunidades. Em uma delas, Santo Antônio dos Pretos, a 45 quilômetros de Codó, o Centro Quilombola de Alternância Ana Moreira (Ceqaam), que atende a jovens da comunidade e dos povoados vizinhos, no ensino médio, precisa urgentemente de recursos.

O ensino médio, antes do Ceqaam, era cursado em Codó. As famílias se mudavam para a cidade ou enviavam os filhos. O centro, fundado em 2010, foi inaugurado com muita pompa, mas, depois disso, caiu no esquecimento, disse, à reportagem da Agência Brasil e da TV Brasil, Francisco

Carlos da Silva, uma das lideranças da comunidade.

No mesmo ano da inauguração, alunos, pais e diretores do Ceqaam divulgaram uma carta denunciando a situação de abandono do centro de ensino. No documento, eles declaram que o governo mandou "cancelar a licitação do poço artesiano, deixando a escola sem água [alunos tomam banho e lavam roupas no rio]; faltam quase todos os equipamentos; quem faz a alimentação e a limpeza da escola são os professores e alunos, pois as duas cozinheiras, após trabalhar cinco meses sem receber os vencimentos, deixaram o serviço, e o mesmo fez o vigilante; e a energia elétrica é gambiarra".

Em junho deste ano, a Promotoria de Justiça da Comarca de Codó ingressou com uma ação civil pública, com pedido de liminar contra o estado do Maranhão, so-

licitando à Justiça que determine a regularização do fornecimento de alimentação aos alunos. Segundo o Ministério Público do Maranhão, por causa desse problema, os estudantes deixaram de ir às aulas. Além disso, a escola recebeu do Ministério da Educação computadores para instalar um laboratório de informática, mas todo material permanece encaixotado, guardado em uma sala.

"A rede elétrica não comporta" a instalação dos computadores, disse Solon Nóbrega, um dos professores do centro. Apesar das dificuldades, o Ceqaam formou a primeira turma, de 29 alunos. A cerimônia ocorreu no dia 7 de março deste ano. Francimara Delgado Nunes, que concluiu o curso, falou das dificuldades enfrentadas. "Minha turma foi a primeira a chegar na escola. Então para a gente se acostumar com pouca coisa que

tinha na escola foi muito difícil. Teve muita dificuldade em tudo, com água, energia, até professores, tinha muita dificuldade", disse a estudante que ainda não recebeu o diploma.

O professor Solon Nóbrega ressaltou a importância do Ceqaam para preparar os jovens da comunidade para o trabalho na área agrícola. "A gente não trabalha para formar técnicos que saiam daqui e vão trabalhar em grande fazendas, embora estejam preparados para isso. A intenção é que voltem para a comunidade e, o que eles aprendem aqui, possam aplicar lá". O professor disse ainda que as técnicas aprendidas podem aperfeiçoar o tipo de cultivo, ainda tradicional e de subsistência. "Aqui, a fome é muito grande, por causa desse inverno curto. A fome este ano foi muito grande, foi muito pouca a colheita", declarou.

Juiz contesta Sarney sobre crise no sistema penitenciário do MA

O último domingo foi marcado pela polêmica entre o senador José Sarney e os juizes maranhenses. Em seu artigo dominical, Sarney acusou juizes por uma determinação de “prender todos juntos sem distinção de regime”, afirmação prontamente contestada pelo presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Gervásio Protásio Jr. Ele afirmou via facebook que o artigo do senador havia errado em tentar justificar o problema das penitenciárias maranhenses por uma suposta determinação dos juizes de “misturar” os detentos com penas diferentes, entre outros argumentos.

PÁGINA 3

Juiz contesta Sarney sobre crise no sistema penitenciário do MA

Gervásio Santos afirma que AMMA pediu reorganização do sistema penitenciário em agosto

O último domingo foi marcado pela polêmica entre o senador José Sarney (PMDB-AP) e os juízes maranhenses. Em seu artigo dominical, Sarney acusou juízes por uma determinação de "prender todos juntos sem distinção de regime", afirmação prontamente contestada pelo presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Gervásio Protásio Jr.

Logo nas primeiras horas do domingo, Protásio afirmou via facebook que o artigo do senador havia errado em tentar justificar o problema das penitenciárias maranhenses por uma suposta determinação dos juízes de "misturar" os detentos com penas diferentes, entre outros argumentos.

Gervásio apontou que, entre outras ações requeridas ao Estado pelo juízes da Execução Penal da capital, estava a redistribuição dos presidiários de acordo com suas penas e crimes cometidos. A portaria 081/2013 data de agosto de 2013 e foi assinada pelos juízes Roberto de Paula e Fernando Mendonça, que afirmava:

"Em se falando de números, são 900 presos definitivos e 1.800 provisórios, todos eles misturados e distribuídos nessas unidades prisionais", enfatizou o juiz. E continua: "A histórica desorganização da gestão de pessoal e financeira, a terceirização de serviços, a superpopulação carcerária e a mistura de presos definitivos e provisórios, são fatores que fortalecem facções criminosas dentro dos presídios e fomentam graves violações dos direitos humanos, além de gerar tensão, violência entre apenados, fugas, rebeliões e até mortes".

O presidente da entidade dos magistrados afirmou ainda que o senador e chefe do grupo que comanda do governo do estado desde 1966 não informou



GERVÁSIO SANTOS afirma que AMMA pediu reorganização do sistema penitenciário em agosto

um dos graves problemas do sistema carcerário maranhense: a defasagem das vagas nos presídios maranhenses, que acarreta a superlotação e condições subumanas aos presidiários.

A resposta de Gervásio Protásio Jr. veio após o senador José Sarney afirmar que "o secretário determinou que os presos fossem separados por regime de prisão, "semiaberto" e "fechado". O Juizado de Execução Penal mandou modificar e isso colocou na mesma habitação, antagônicos, membros de facções rivais e o confronto aconteceu", exatamente o inverso do que a portaria assinada pelos juízes de Execução Penal informaram ainda em agosto à Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária. Veja a íntegra do comentário feito por Gervásio Jr neste domingo:

"Em sua tradicional coluna no jornal O Estado do Maranhão, o senador José Sarney atribuiu aos recentes episódios ocorridos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, entre outros fatores, segundo suas palavras, ao fato de que "o Juizado de Execução Penal mandou modificar e prender todos juntos sem distinção de regime" fechado e semi-aberto. É natural que, em face de suas múltiplas atribuições, o senador não tenha sido corretamente informado, pois a Portaria assinada pelos juízes da execução da capital determinava justamente que os presos fossem separados por Regime, como prevê a Lei de Execução Penal - LEP (e não o oposto, como consta do artigo).

Portanto, a decisão de mandar cumprir a LEP não está entre as causas do trágico episódio

(que se repete, praticamente, semanalmente). Porém, faltou incluir na análise que o principal fermento das rebeliões no Maranhão é a superlotação carcerária (que facilita a atuação das facções criminosas). Hoje, o sistema precisaria, no mínimo, duplicar o número de vagas (o déficit supera a 2 mil vagas), além da necessidade de construir presídios no interior do estado e um destinado a presos de segurança máxima.

Também faltou registrar que o tema não está entre as prioridades do Executivo estadual, que não tem sequer sinalizado como solucionará a falta de vagas em nosso sistema. Enfim, mas quem sabe esses tristes acontecimentos e as palavras do senador Sarney não sirvam para acordar o governo, afinal, antes tarde do que nunca."

Mandado de segurança (I)

A Associação dos Magistrados (AMMA) ingressou com mandado de segurança em face de ato praticado pela governadora Roseana Sarney, que ao enviar o Projeto de Lei Orçamentária Anual ao Poder Legislativo alterou e restringiu a proposta de orçamento do Poder Judiciário, reduzindo ilegalmente os valores do que seria necessário para o exercício de 2014. O relator do processo é o desembargador Froz Sobrinho. Leia aqui a petição

O presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, explicou que a Diretoria Executiva deliberou por recorrer a essa medida extrema em razão da postura adotada pelo Executivo Estadual, que não respeitou a autonomia financeira do Poder Judiciário ao promover cortes na proposta orçamentária antes de encaminhá-la à Assembleia Legislativa.

“Quem tem a prerrogativa de discutir a proposta orçamentária do Judiciário é o Legislativo. Portanto, agimos na defesa da autonomia do Judiciário maranhense e em respeito aos juízes deste estado”.

Mandado de segurança (II)

Ao formular os pleitos no mandado de segurança, a AMMA requer que seja concedida liminar a fim de determinar que a autoridade coatora encaminhe, em 24 horas, mensagem ao Poder Legislativo com a proposta orçamentária original (valores integrais) do Poder Judiciário, na forma do artigo 137, § 4º, da Constituição Estadual, bem como que seja cumprida a Lei de Diretrizes Orçamentárias (valores de 2013 corrigidos pelo IPCA)..